

Aconselhamento para a Construção de Carreira com universitários

Paulo Cardoso
(CEFAGE, Universidade de Évora, Portugal)
pmsc@uévora.pt

Maria Eduarda Duarte
(Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Portugal)

Introdução

A era da informação e do conhecimento que tem caracterizado as primeiras décadas do século XXI, a par da globalização económica e da crescente disseminação tecnológica, e também o desafio social para minimizar o flagelo do desemprego e os riscos exponenciais de aumento de populações em idade activa que não encontram trabalho tem levado a que, cada vez mais, as pessoas sejam pressionadas a elevar os seus níveis de qualificação. As estatísticas sobre a realidade europeia são claras evidenciando que nos países da OCDE, em 2016, estavam empregados 84,6% dos adultos entre 25 e 64 anos que concluíram o ensino superior. Esta taxa de emprego baixava para os que tinham o ensino secundário (74,9%) ou escolaridade inferior ao ensino secundário (56%) (OECD, 2018). Se as pessoas com maiores níveis de qualificação tendem a ter mais facilidade de emprego, também é verdade que a conclusão de um curso superior deixou de ser um certificado para a garantia de emprego. A crescente tendência de desemprego entre os jovens universitários é ilustrada com a realidade portuguesa. Em dezembro de 2017 17,6% dos estudantes com curso de mestrado estavam desempregados (DGEEC, 2018).

O problema do crescente desemprego e precariedade do trabalho na população em geral, e nos universitários em particular, está intrinsecamente relacionado com os modelos das economias globalizadas, onde o factor competitividade associado a mais produtividade e menos custos laborais se sobrepõe a questões de natureza social e de desenvolvimento de bem-estar. No entanto, o problema também deve ser visto a níveis mais específicos, de modo a permitir maior controlo sobre o mesmo. No que ao ensino superior diz respeito a qualidade da formação é, por exemplo, reconhecida como fundamental para preparar os estudantes para as exigências do mercado de trabalho. Veja-se um relatório da OECD (2010) que revela que as transições escola-trabalho são mais difíceis em países onde o modelo de transição dominante é “estudar primeiro e trabalhar depois”. Por exemplo, em países como a Áustria, a Dinamarca ou os Países Baixos, onde cada vez mais os estudos superiores são articulados com experiências de trabalho, as transições dos jovens são mais fáceis e mais seguras (ELGPN, 2014). A investigação também evidencia que a qualidade das relações na escola, não só com os professores mas também com os pares e outros agentes educativos, influenciam o abandono escolar (Masdonati & Lamamra, 2009), a adaptabilidade na carreira (Kenny & Bledsoe, 2005), a promoção da empregabilidade (Fournier, Pelletier & Beaucher, 2003), a integração no trabalho (Monette & Fournier, 2000), bem como o bem-estar e as expectativas face ao primeiro emprego (Murphy, Blustein, Bohlig, & Platt, 2010).

O papel das universidades na facilitação das transições e do desenvolvimento de carreira dos estudantes, evidenciado nos resultados de investigação descritos, remete para a importância de serviços que apoiem os alunos a lidarem com as exigências dos novos métodos de ensino, das novas relações sociais, a gerir as primeiras experiências de autonomia relativamente à família nuclear ou para apoiar o processo de transição para o mundo do trabalho (Lima & Fraga, 2010).

